

Ata da 13ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em dezessete de março de 2014, com início às nove horas e quarenta e cinco minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão e, solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa, que por sua vez solicitou ao segundo Secretário que prontamente aquiesceu ao pedido. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 26/2014. Projeto de Lei nº 27/2014. Parecer favorável nº. 86 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 17/2014. Parecer favorável nº. 87 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 12/2014. Parecer favorável nº. 88 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 16/2014. Parecer favorável nº. 89 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei nº. 12/2014. Parecer favorável nº. 90 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei Complementar nº. 1/2014. Parecer favorável nº. 91 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei nº. 15/2014. Parecer favorável nº. 94 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº. 12/2014. Parecer favorável nº. 95 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto a Proposta de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº. 23/2014. Parecer favorável nº. 96 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº. 14/2014. Parecer favorável nº. 97 da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei nº. 07/2014. Parecer favorável nº. 98 da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei nº. 08/2014. Parecer favorável nº. 99 da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei Complementar nº. 1/2014. Parecer contrário nº 100 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 09/2014. Parecer favorável nº 101 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 8/2014. Parecer favorável nº. 102 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº. 17/2014. Parecer favorável nº. 103 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº. 14/2014. Parecer favorável nº. 104 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei Complementar nº. 1/2014. Parecer contrário nº. 105 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento a Proposta de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº. 23/2014. Parecer favorável nº. 106 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº. 15/2014. Parecer favorável nº. 107 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº. 12/2014. Parecer favorável nº. 108 da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais ao Projeto de Lei nº. 7/2014. Parecer nº 109 favorável da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente ao Projeto de Lei Complementar nº. 01/2014. Ofício nº. 23/2014 da SEAJUR em resposta ao Requerimento nº. 7/2014. Ofício nº. 24/2014 da SEAJUR em resposta ao Requerimento nº. 12/2014. Ofício nº. 22/2014 da SEAJUR em resposta ao Requerimento nº. 21/2014. Ofício nº. 25/2014 da SEAJUR em resposta

ao Requerimento nº. 8/2014. Ofício nº. 014/2014 prestação de contas do FUNDEB. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Paulo Bebbber, Rui Capelão, João Paulo, Paulo Porto, Luiz Frare, Gugu Bueno e Marcio Pacheco. (- senhor Presidente, a minha presença.) – Presidente; Registre-se a presença do vereador Marcos Rios. O vereador Pedro Martendal nos nos alerta aqui, e eu quero de maneira especial cumprimentar a presença do padre Jorge e do padre Martinho, ambos lá da região norte, são nossas lideranças lá, então agradeço, cumprimento e dou as boas vindas aos senhores aqui, sempre, né. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**, quando o vereador Gugu Bueno pediu a palavra. Presidente: Pois não. Vereador Gugu: Presidente, eu gostaria de incluir encaminhamento, tendo em vista os ofícios nº 076 e 077 da Promotoria Pública de Cascavel e pedir a retirada do regime de urgência do Projeto 07/2014, e na sequência pediremos vistas do Projeto. Presidente: Não vejo problema. Só a deliberação precisa ser feita na hora do Ordem do Dia e na sequência deliberaremos, no momento da deliberação do Projeto. Senhores, passamos neste momento para a ordem do dia. **ORDEM DO DIA** – Em discussão e votação a ata da 9ª sessão ordinária, realizada no dia 06 de março de 2014, a mesma foi aprovada pela totalidade de votos dos vereadores presentes. Presidente: Projeto de Lei nº 7/2014 que define como zona de especial interesse – ZEIS as áreas que especifica e dá outras providências. É este o Projeto a que se referiu o nosso 1º Secretário, só algumas considerações. Acredito que a maioria dos senhores vereadores e a comunidade deve estar, já ter tido conhecimento, de algumas manifestações do Ministério Público, na 6ª feira, só para inteira-los de maneira oficial, então: primeiro veio um ofício na 6ª feira do Ministério Público solicitando informações sobre a existência de atas ou documentos que comprovassem a realização de audiências públicas do referido projeto. Este ofício foi respondido na 6ª feira; devido a urgência solicitada pelo próprio Ministério Público. E no fim da tarde, um outro ofício aí fazendo algumas considerações, posso lê-lo aqui aos senhores: O Ministério Público através da 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cascavel, considerando a resposta desta Casa de Leis ao ofício 76 deste órgão ministerial e as disposições do Estatuto da Cidade que prevê e os atos de improbidade administrativa, artigo 52 da Lei Federal nº 10.257/2001, encaminha para a ciência e providências que entender cabíveis cópia de doutrina acerca de matéria notadamente quanto ao item 5.6 da página 134, a doutrina é a que estabelece que em caso de não atendimento do que dispõe o artigo 40 do Estatuto das Cidades pode ser responsabilizado, segundo o entendimento do Ministério Público, o chefe do Poder Executivo e outros agentes públicos que estejam envolvidos na deliberação de um projeto sem seguir o rito ordinário, o trâmite normal, legal de qualquer projeto. No fim da tarde, foi publicizado, foram publicizados estes ofícios e solicitamos, eu solicitei a Procuradoria um parecer para que nós pudéssemos saber como proceder já que o projeto foi aprovado em regime de urgência e portanto, ele precisa, salvo se for realizado outro entendimento neste dia, precisa ser deliberado logo por primeiro, porque já está vencido o prazo de 30 dias e ele trava a pauta; portanto não podemos deliberar outro projeto sem deliberar este primeiro. Então aqui eu recebo, acabo de receber inclusive, o parecer da Procuradoria, vou lê-lo de maneira bastante breve, aqui o que

recomenda o parecer que acredito, já esteja em consonância com o que pede o nosso 1º secretário. Parecer nº 46/2014 Excelentíssimo Senhor Presidente, Eminentíssimos Vereadores, Colendo Plenário: O Excelentíssimo Senhor Promotor da 7ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público da Comarca de Cascavel, enviou a esta Edilidade o ofício nº 077/2014, extraído dos autos nº 0030.14.000361-4, pedindo providências quanto ao atendimento de dispositivos do Estatuto da Cidade, sob pena de responsabilização por ato de Improbidade Administrativa, decorrente de possível violação ao princípio da legalidade em relação ao Projeto de Lei nº 007/2014, de autoria do Executivo. Com o ofício, o Digno Representante do *parquet*, anexou o entendimento doutrinário do renomado Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Marino Pazzagliani Filho, contido na festejada Obra Lei de Improbidade Administrativa Comentada. O entendimento lançado aos autos pelo Órgão do Ministério Público dá enfoque especial à necessidade de cumprimento rigoroso do conteúdo disposto no artigo 40, parágrafo 4º, incisos I, II e III, da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Assim disciplina o Estatuto da Cidade: Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. § 4º. No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. Como se observa, a participação popular é necessária e imprescindível à validade do procedimento tendente a fixar ou rever os padrões urbanísticos, o perímetro urbano e o zoneamento da cidade. A citação doutrinária apresentada pela Promotoria assim orienta o assunto: “5.6 Tolher a participação popular no processo do Plano Diretor. O 5.6 que é a doutrina que eu mencionei anteriormente, o inciso VI – se refere a impedir ou deixar de garantir os requisitos contidos nos incisos I a III do § 4º do art. 40 desta Lei;” O inciso VI caracteriza como improbidade administrativa as condutas dos chefes dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais de impedir e de deixar de garantir, consciente e voluntariamente, a participação popular no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação. (Estou lendo aqui, isto aqui é a doutrina que o próprio promotor encaminhou com a interpretação da lei no que diz a outros agentes públicos, então que se entende que o chefe do Poder Legislativo e outros agentes públicos também, podem ser responsabilizados por improbidade administrativa). Essa participação popular, segundo o EC, será efetivada com as seguintes medidas obrigatórias: ‘I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.’ (§ 4º do art. 40). Assim, as condutas do Presidente da Câmara (isto aqui é a doutrina que está sobre a lei que eu comentei anteriormente) Assim, as condutas do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal, quanto ao procedimento de elaboração e implantação do Plano Diretor, que impedirem ou omitirem audiências públicas e debates (I), publicidade dos documentos e informações a ele relativos (II) e o

acesso, que pode ser por meio eletrônico, de qualquer interessado aos documentos e informações referentes ao Plano Diretor (III), podem configurar atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Constituição, pois ocorrem, nessas infrações funcionais, afronta aos princípios *magnum* da legalidade e da publicidade (art. 37 da Constituição Federal). Todavia, como ressaltado no decorrer desse capítulo, é *conditio* para ser considerado como ímprobo que tais autoridades municipais tenham agido ou se omitido com desonestidade ou falta de probidade (*dolo*).” Como poderíamos alterar o perímetro urbano sem realizar as consultas populares, tolhendo a sociedade de manifestar-se quanto à política urbanística? Só isso já basta para o reconhecimento da ilegalidade do projeto 07/2014. A precedência de participação popular é uma imposição Constitucional e não permite conjecturas ou justificativas. É para se fazer como a Lei manda. Só isso. O projeto de Lei nº 07/2014 recebeu tramitação em regime de urgência o que inviabilizou a realização de Audiências Públicas na exata necessidade prevista no Estatuto da Cidade. Apesar de não constar do processo Legislativo da proposição 07/2014, é sabido que foi realizada uma audiência pública por parte do Poder Executivo, mas sequer a Ata dos trabalhos foi juntada para análise quanto ao atendimento ao Princípio Constitucional da Publicidade por parte desta Edilidade. A rigor, o Executivo deveria ter realizado conferências, reuniões e audiências públicas antes de enviar a proposição nº 07/2014 para o Legislativo. Aí sim, com o projeto de Lei Complementar já submetido à consulta popular, o Poder Legislativo iniciaria a tramitação da proposição, distribuindo o projeto à Comissão de Justiça e Redação e todas as demais comissões permanentes para análise e deliberação, fixando, desde então, a data e local para a realização das Audiências Públicas sob responsabilidade deste Poder Legislativo. Nesse diapasão, observo (isso já é a fala naturalmente da Procuradoria). Nesse diapasão, observo que o devido processo legislativo foi irremediavelmente violado, desde a distribuição do projeto de Lei Ordinária 07/2014, sem o rigorismo técnico-jurídico exigido pelo Estatuto da Cidade, como também, o regime de tramitação em urgência autorizado pelo plenário não permitiu a realização de Audiências Públicas ou outros atos com participação popular e sem o estudo de impacto de vizinhança. A falha é evidente. Assim, de fato, verifico que todos os Vereadores poderão ser responsabilizados por improbidade administrativa (art. 11, da Lei 8.429/92) acaso não restabeleçam a ordem processual e cumpram a Lei. O cumprimento ao devido processo legal, neste caso o processo Legislativo e o atendimento aos princípios constitucionais da Legalidade e Publicidade (art. 37, da Constituição Federal), se constituem nas bases que sustentam a atividade desempenhada por este Poder. A inquebrantabilidade desses princípios jurídicos é que nos garante a estabilidade da sociedade e das instituições e poderes constitucionalmente constituídos, gerando ação e reação no sistema político-jurídico-sociológico e acionando o sistema de freios e contrapesos estabelecidos pela Carta Política de 1988. Conclusão: Portanto, tecidas as considerações sobre a matéria e respeitando o livre arbítrio e independência outorgada aos Senhores Parlamentares, passo a opinar e recomendar a Vossas Excelências: I – Que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara levante questão de ordem e leia o presente parecer; II – Que seja consultado o Egrégio Plenário sobre a possibilidade de retirada do regime de tramitação em urgência, para que, o projeto seja excluído da pauta e reiniciado,

observando-se as determinações legais e regimentais; III – Caso seja mantida a tramitação em regime de urgência, com a conseqüente necessidade de deliberação do projeto de lei 07/2014 na ordem do dia prevista para esta data, Recomendo à Presidência da Mesa que se abstenha de votar e se afaste imediatamente da sessão, passando a votação do referido projeto ao substituto legal, retornando à presidência dos trabalhos, para a sequência de deliberação dos itens subsequentes, sob pena de prática de Improbidade Administrativa dolosa prevista no art. 11 da Lei Federal 8.429/92; É o parecer encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Pascoal Muzeli Neto (Vereador Jorge Bocasanta: Eu peço a palavra, um pouquinho). – Presidente: Só um segundo, vereador. Então senhores, só para esclarecimento este é um projeto muito importante, talvez o mais importante ou um dos mais importantes que já se deliberou nesta Câmara. Projeto que vai trazer, em sendo aprovado, moradia para muitas pessoas, este é o entendimento de quem defende o Projeto, há o entendimento também, de quem vê problemas no Projeto, mas enfim para quem é favorável e para quem é contrário o Projeto é muito importante e nós temos a leitura deste processo, desta situação. E assim, eu entendo e quero acatar o pedido do senhor 1º Secretário, a menos que o vereador Jorge Bocasanta tenha alguma consideração relativa a esta situação. Eu quero na sequência, já de imediato pôr em deliberação do Plenário para retirada da urgência, porque quem tem o poder para outorgar a urgência, tem naturalmente o poder também, para retirar a urgência. Então este Plenário tem este poder e eu vou por então, na sequência para deliberação do Plenário para a retirada do Projeto e vejo já a manifestação do 1º secretário será solicitado, também, e aí discutiremos o pedido de vista promovido pelo 1º secretário, já anteriormente. Confirma a solicitação, vereador? Pois não, vereador Rui Capelão. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres colegas, a plateia, enfim todo mundo; lógico que este projeto, anteprojeto de lei, né, tem alguma coisa meia meio vamos dizer assim, escura. Só que um promotor não pode vir assim ameaçar a Câmara, ele deveria ter mandado isto aqui é para Justiça pra ela chegar e proibir; não vir nos amedrontar. O promotor aqui, ele não pode nos ameaçar, porque nós somos o quê, que nós somos, tem 3 poderes: executivo, legislativo e judiciário, e nós estamos autônomos e caminhando junto. Então este aqui, ele fez tudo, esta baboseira que tu leu ali, me desculpa o termo, é tudo bonito, mas deveria ser pela Justiça e não para nós. Eu ia votar, eu sempre votei contra e ia votar contra, respeitando o...o a população, as casas eu sou a favor; só que não pode o promotor vir nos ameaçar, minha gente. Ele que peça para Justiça, a Justiça venha e bloqueie, porque tipo assim o que, lendo a tua grande explanação aí, eu me senti o quê? Ameaçado, por alguém que talvez, não tenha o poder pra me ameaçar. Então eu vejo o seguinte: eu concordo, vamos retirar o Projeto, mas que seja a última vez que um promotor nos ameace; porque aqui eu estou aqui com a consciência tranquila, e eu te digo uma coisa, não podemos ser ameaçados. É pode responder processo, não sei o quê. É eu te digo assim, ele podia ter entrado na Justiça e ter bloqueado através da Justiça, porque o promotor é para denunciar não é para nos amedrontar. Então, isto é minha insatisfação com este pronunciamento do promotor, tá entendendo? E não que eu vou defender o projeto porque eu ia votar contra, por quê? Porque o impacto tem que ser estudado e foi uma coisa que não seguiu os trâmites legais; só que ele tinha que mandar isto para a Justiça e, colocar na Justiça e não em

jornais, televisão e baboseira. Tá entendendo? Então, eu vou colocar o meu desagravo nestas palavras, né, e dizer o seguinte: Nós somos independentes e harmônicos e não podemos aqui ser o quê, ser perseguidos, vamos dizer assim, intimidado por alguém que tinha que o quê, que defender a lei e acionar a Justiça, não nos amedrontar, era isto, senhor Presidente. Muito obrigado. (um aparte, vereador). – Presidente: Vereador Luiz Frare deixa eu só colocar então em discussão a retirada do regime de urgência e aí nós podemos discutir, porque não há o.., só um segundo por favor, então eu coloco em discussão o pedido apresentado pelo 1º Secretário, recomendado pela Procuradoria desta Câmara, no sentido de que seja retirado o regime de urgência e na sequência acredito que será solicitado então, o visto do projeto. Então, está em discussão o pedido de retirada de urgência do Projeto promovido pelo vereador Gugu Bueno, neste momento na condição de líder do governo. Em discussão. (peço a palavra, presidente). Pois não, vereador. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a mesa diretora, bom dia aos companheiros vereadores, bom dia ao plenário. Apenas discordando do vereador Bocasanta que nós temos 3 poderes independentes: o executivo que tem que executar as leis, que de vez em quando ele acaba virando legislador nesta Casa, porém ele tem que executar as leis. O legislativo que tem que fazer as leis e o Judiciário que tem que zelar pelo cumprimento das leis. Eu entendo que ele está simplesmente zelando, pelo cumprimento das leis e alertando esta Casa que a lei não foi cumprida. Então, eu entendo que é fundamental retirar o Projeto não porque eu me sinto ameaçado ou porque eu tenho medo do Ministério Público, porque eu entendo simplesmente que neste caso o Ministério Público está coberto de razão. Era isto, Presidente. (peço a palavra, Presidente). – Presidente; O vereador Luiz Frare havia solicitado, com a palavra vereador. – Vereador Luiz Frare: Bom dia, senhor Presidente, nobres vereadores, plateia, apenas pegando um gancho do Bocasanta eu queria fazer uma observação. O nosso ilustre procurador da Câmara não percebeu isto quando chegou a lei aqui neste recinto? Por que só agora se manifestar; ou ele passou batido ou trabalha de acordo com a orientação do Ministério Público e não zela pelo trâmite legal, se é que há alguma ilegalidade neste contexto? Eu quero crer que no decorrer da semana nós tenhamos os devidos esclarecimentos sobre o encaminhamento e as audiências públicas que foram realizadas no decorrer deste mês (dá um aparte, vereador. Eu). – Vereador Marcos Rios: Eu, eu, eu, senhores vereadores e a população, eu vou falar para vocês uma coisa, o pior erro que vem acontecendo hoje nesta Câmara de Vereadores. É o meu quarto mandato de vereador e eu nunca vi isto, Presidente. Como é que vai prejudicar, prejudicar o povo, são duas mil casas. Estão prejudicando a população, é um projeto importantíssimo nobre vereador, a vossa excelência eu vou falar uma coisa é uma vergonha o que vem acontecendo nesta Câmara aqui. Eu não gosto de usar a palavra, mas neste momento, me deixa, eu nunca vi na minha vida acontecer um negócio deste; vir aqui o Ministério Público. Doutor Jorge, meus parabéns, o senhor está certíssimo. Hoje nós temos que ter o maior poder aqui, nós vereadores. É o maior poder que tem hoje dentro de Cascavel, somos nós vereadores, é nós que fizemos leis, é nós que aprovamos as leis, mas onde é que se viu um negócio destes um Projeto retirado, nobre vereador Paulo Porto, vossa excelência está totalmente errada, um projeto importantíssimo, é um projeto que hoje vem beneficiar a população de Cascavel. Quantas famílias

precisam do Minha Casa Minha Vida, meu Deus do céu, o que é que está acontecendo nesta Câmara. Viu, eu vou falar para vocês, eu uso muito pouco a palavra, mas eu vou falar para vocês uma coisa, é a pior coisa do mundo que tem, está acontecendo hoje dentro desta Câmara.(um aparte, vereador). Obrigado, Frare. (um aparte, vereador) - Pois não, Claudio. – Vereador Claudio Gaiteiro: Nós sabemos, senhor Presidente, nobres vereadores, eu acompanho aqui a fala do vereador Marcos Rios, Bocasanta e o vereador Frare, nós sabemos que nós temos um prazo para aprovar esta lei. Gente, se não for aprovado em 15 dias, este dinheiro vai lá pro nordeste, vai não sei prá onde, e estas casas vão embora de Cascavel. Então, o que quê nós estamos fazendo aqui dentro na Câmara, vamos ficar parado mediante isto, né? (aplausos) Nós temos que se levantar são 17 a 18 mil famílias em Cascavel precisando de moradia. Nós precisamos se levantar aqui nesta Casa, gente! Eu convido aos senhores vereadores, que nós pensamos com muito carinho, neste projeto. Muito obrigado, vereador Frare. (um aparte, vereador Luiz Frare). – Luiz Fare: Pois não. – Vereador Paulo Bebber: Eu queria cumprimentar a todos, eu queria no meu poder de análise quer dizer que, lamentavelmente o nosso procurador tem lado e tem lado político. Isto é uma vergonha! Não pode acontecer nesta Casa. É lamentável, Pascoal, não adianta você mexer com a cabeça de um lado pro outro, o senhor tem que se ater as necessidades desta Casa de Leis aqui. O senhor tem tendenciosamente tendo um lado político, lamentavelmente. Obrigado, Frare. (aplausos). – Vereador Luiz Frare: Só para completar Paulo, o meu encerramento da fala era justamente isto. Até quando nós vamos ter um viés político dentro desta Casa de Leis, sabidamente, escancaradamente, querendo prejudicar não o Prefeito, Edgar Bueno, mas querendo prejudicar as 14.015 famílias que estão inscritas no Programa Minha Casa Minha Vida. Era isto! (peço a palavra, presidente, peço a palavra). – Presidente: Senhores, só por uma questão de ordem, eu entendo que a discussão está tomando um foco equivocado. Muito equivocado, diga-se de passagem. Por quê? Não está deixando de votar o projeto ponto. Primeiro, quem solicitou a retirada do pedido de urgência e quem solicitou o pedido de vistas foi o líder do governo. Segundo, a manifestação do senhor procurador, já no início do Projeto vereador Luiz Frare, foi contrário. Então, não é que a procu procuradoria da Casa não verificou o problema do projeto já no início. Outra coisa, é uma deselegância de um tamanho incomensurável atacar alguém que não possa se defender. Os senhores ficarem atacando o procurador que está sentado e que não tem direito de se manifestar na tribuna, isto é uma deselegância muito forte. O senhor tem que atacar a Câmara, os vereadores que podem se defender, podem atacar o Presidente sem problema nenhum; podem atacar qualquer vereador; agora o procurador não tem o direito de se defender. O parecer da procuradoria foi contrário a este projeto já em relação a esta questão, quem está solicitando está se desfocando do Ministério Público para a Câmara municipal. Não é a Câmara Municipal, e a procuradoria que está por iniciativa própria, inviabilizando a votação do projeto; é a promotoria que encaminhou estes dois ofícios para cá. Ou também, os senhores são capazes de imaginar que eu fui lá e mandei ou que alguém foi lá e mandou o promotor mandar um ofício prá cá e, que o promotor é tão suscetível a este tipo de situação. Não quero crer nisto! Agora é um equívoco que está acontecendo e eu acho que nós temos que discutir a retirada da urgência ou não.

Se não quiserem retirar a urgência, sem problema nenhum, votamos, votamos o projeto sem problema. Se quiserem ceder o pedido de vistas do líder do governo, cedem e se não quiser não cedam. Agora, o promotor, simplesmente fez um parecer a pedido meu para responder aquilo que o promotor público solicitou. Então, entendo que este ataque descomedido seja razoável. Estamos aqui temos autonomia e podemos votar o projeto. Agora o parecer, fui eu quem solicitei e o parecer é independente e simplesmente ratifica aquilo que já havia se manifestado no início. E só confirmando, é uma deselegância fazer ataques como na sessão passada, o vereador Luiz Frare inclusive, fez um ataque ao nosso diretor legislativo, Otto Reis, ele não tem o direito a palavra. Estes ataques são de uma deselegância descomedida. Então, vamos evitar este tipo de ataque, faça um ataque formal ou ataque quem possa se defender. Isto é um desrespeito muito grande. Não podemos admitir este tipo de situação. Esta em discussão o pedido de retirada de urgência do Projeto ou não. É isto que está em discussão. Não é ataques ou ataques principalmente de quem não tem condições de vir na tribuna aqui e falar o que tem o direito de falar. (Eu tinha pedido a palavra, Presidente). – Vereador Gugu: Presidente, tentar com muita coerência e com muita responsabilidade, eu achei sinceramente que nem haveria necessidade disto, mas as discussões postas no plenário eu acho importante nós pontuarmos algumas questões. Primeiro, eu na condição de líder do governo fiz o encaminhamento que fiz, retirando este pedido de urgência única e exclusivamente em respeito a Promotoria Pública, na pessoa do Dr. Sérgio Machado, não tinha conhecimento do parecer da procuradoria jurídica, mas entendo que este projeto é de uma grandeza, de uma magnitude sem tamanho pro município de Cascavel; sou defensor do projeto, acho que sem dúvida nenhuma não podemos correr o risco de perder algo tão grande como é a construção de mais de duas mil casas para as famílias de Cascavel; mas entendo que dentro de um limite de prazo e assim foi discutido quando tomamos esta decisão junto com o Executivo que era possível ao longo desta semana nós nos dedicarmos e, entendendo o bem comum, entendendo a grandeza do projeto envolvido, tentarmos sentarmos e conversarmos com a Promotoria Pública de Cascavel e defendermos aquilo que eu, por exemplo, acho que todo o trâmite legal e legislativo foi obedecido neste Projeto, e este projeto está sim, apto a ser votado. Mas, para não restar a nossa imposição, aquilo que muitas vezes a base é acusada neste plenário de não ser nada democrática, por isto, única e exclusivamente por isto, em respeito à Promotoria Pública é que foi feito este encaminhamento de retirada do pedido de urgência, para que na sequência a gente possa pedir vistas deste projeto e que nós tenhamos mais uma semana, no limite, mais uma semana para debater este projeto com a sociedade de Cascavel, porque o vereador Claudio foi muito feliz ao dizer que nós corremos contra o tempo. Nós corremos um sério risco de perder estas duas mil casas para Cascavel, e daí sim, isto pra mim sim, é um ato de muita irresponsabilidade, não só desta Casa mas de todos os gestores de governo. Então, presidente, com muita tranquilidade, justifico o meu pedido de retirada do regime de urgência. Eu acho que nós podemos ter a oportunidade de debater ao longo desta semana. Obrigado. (Um aparte) Aparte concedido, vereador. – Vereador Luiz Frare: Eu só queria complementar dizendo o seguinte: que eu jamais citei o nome de quem quer que seja, aqui no plenário. O, o vereador, ex-vereador não foi citado, tenho cópia da ata

se o senhor quiser transcrever eu posso mandar lhe uma cópia. Obrigado. (Presidente), - Vereador Gugu: Só reiterando o meu pedido de retirada do pedido de urgência, senhor Presidente, obrigado! (-Presidente, eu peço a palavra) – Presidente: Pois não, vereador Rui. – Vereador Rui Capelão: Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta assistência, eu desde o início deste mandato que eu venho cobrando algumas atitudes do Poder Executivo em relação ao Minha Casa Minha Vida, em relação à moradia. Nós tínhamos já no PPA 2012, 2011, 211/212 entorno de 25 milhões previstos para comprar áreas de terra para moradia dos cascavelenses. Não foi usado um tostão, segundo as informações. 2013 a própria imprensa publicava na semana passada, de onze, doze mil reais. Milhões, onze ou doze milhões que deveriam ser empregados em áreas para o Minha Casa Minha Vida. Não foi utilizado este dinheiro; portanto eu tenho defendido a Minha Casa Minha Vida faz horas, a moradia pros trabalhadores nestas áreas e criticava por quê, às vezes? Criticava porque o Poder Público ao invés de comprar estas áreas com dinheiro previsto no orçamento não o fazia, ele simplesmente, estava pegando as áreas de utilidade pública como fez do Quebec, como fez do Pazinato, e a própria área para o nosso Instituto Federal que ele havia prometido, não adquiriu a área; tomou a área de utilidade pública do Florais do Paraná e passou, portanto eu tenho sido um defensor da compra de áreas para o Minha Casa minha Vida. Agora, por quê este dinheiro vem para o orçamento e não é utilizado eu não tenho sabido porque; ninguém tem me respondido porque, mas o dinheiro entra no orçamento, desaparece do orçamento e a benfeitoria para a população do Minha Casa Minha Vida não é feito. Muitas pessoas as vezes, querem dizer que eu sou contra a Minha Casa Minha Vida sou contra na área de utilidade pública, onde é para fazer creche, escolas, onde nós temos nos locais das creches 50% das crianças fora da escola, porque não temos o CEMEI. Então isto eu tenho brigado bastante e estas áreas de utilidade pública a comunidade precisa e quando vê, a área é roubada, tirada na mão dura da nossa população. Então, são os meus grandes questionamentos em cima disto aí. O meu outro grande questionamento é a colocação das duas mil e oitenta e nove casas lá na região norte, que o Prefeito sempre criticou aquela região, dizendo que aquela região não seria uma região de progresso, isto foi desde o primeiro mandato quando eu fui vereador em 2001 á 2004, e vejo também, que por que estas áreas não foram divididas, uma parte poderia ser lá na zona leste, onde não quiseram a área para a Casa dos Indígenas, poderia ter levado prá lá. Uma parte, destas casas porque não levaram lá para a região sul, né, onde também, existe. Agora dizem que o pessoal da região norte já existe 17.000, Frare, esperando casa, estão dizendo que a prioridade será do pessoal da região norte. Ora, e as outras regiões não tem direito a casa? Ou o que quê vamos fazer no futuro, vamos começar a empurrar será que pobre das outras regiões para a região norte porque não querem os pobres nas outras regiões? Porque não vi ninguém brigar por casa nestas outras regiões até agora, não vi ninguém dizer que gostaria que fosse feito lá na sua região a Minha Casa Minha Vida, portanto algumas coisas a gente lamenta, né! Eu até fico contente em ter empresários da minha região, na região norte, colocando a disponibilidade áreas para ser usadas no Minha Casa Minha Vida. Agora, por que quê estes empresários não querem nas outras regiões, eu não entendo por que será o desinteresse político neste sentido? Sou favorável ao Projeto, mas não da forma que está

acontecendo e quero respeitar a todas as autoridades que tem se pronunciado, que tem se pronunciado para ajudar a esta Casa. Não tenha se pronunciado para prejudicar nenhum trabalhador brasileiro, nenhuma pessoa que não tenha casa. Obrigado! – Presidente: Senhores, em votação o pedido de retirada da urgência aprovada nesta Câmara, se não me falha a memória, no dia 11 de fevereiro para a tramitação do Projeto nº 7/2014, os vereadores que forem favoráveis a retirada da urgência permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores está então, portanto, retirada a urgência aprovada para tramitação do Projeto de Lei nº 7/2014, desobrigando assim a Câmara de deliberar o projeto no dia de hoje, ficando para tramitação em outra ocasião. (agora, você pede vistas). – Vereador Gugu: peço a palavra, Presidente. – Presidente: Pois não, vereador. – Vereador Gugu: O projeto agora esta em discussão? – Presidente: Agora, está em discussão. – Vereador Gugu Bueno: Obrigado, Presidente. Presidente, eu como já disse, a retirada do regime de urgência ele se justifica para na sequência este vereador pedir vistas ao Projeto, como já foi amplamente divulgado a Promotoria elencou diversas dúvidas na 6ª feira à tarde, e nós entendemos que ao longo desta semana será possível esclarecer todas as dúvidas da Promotoria e esta Casa terá todas as condições para deliberar este Projeto tão importante, já na sessão de 2ª feira da semana que vem. Então, fica aqui o meu pedido de vistas do Projeto, Presidente. – Presidente: Senhores, em discussão o pedido de vistas, eu gostaria que os senhores se pautassem, se forem se manifestar para ratificar ou não o pedido de vistas, única e exclusivamente. Não queremos discutir o Projeto neste momento. Em discussão o pedido de vistas, então, promovido pelo vereador Gugu Bueno, líder do governo. – Vereador Robertinho: Uma palavra, só Presidente. – Presidente: Pois não, vereador. – Vereador Robertinho: Senhor Presidente, senhores vereadores é com este pedido de vistas podemos estar analisando na semana e assim for, na segunda podemos colocar em pauta; prossiga, né, Seria isto só, Presidente. – Presidente: Exatamente. (Peço a palavra, Presidente) – Presidente: Pois não, vereador. – Vereador Pedro Martendal: Presidente, senhores vereadores, imprensa, comunidade, é, eu não podia deixar de me manifestar, este projeto passou pela Comissão de Justiça e teve aprovação pela sequência da discussão do Projeto; votei pelo pedido de retirada de urgência também, entendo que o pedido de vistas do vereador Gugu é importante para que nesta semana se discuta e chegue a uma conclusão, mas eu pediria que ele entre em pauta na 2ª feira, dada a importância deste Projeto, muito bem lembrado, nós estamos em um ano eleitoral e se nós perdermos este valor agora, nós não recuperaremos ele no ano que vem. Nós sabemos as dificuldades que tem a Caixa Econômica, a situação e o ano que vem não terá dinheiro para Minha Casa Minha Vida e aí nós teremos, nós estaremos em dívida com 2.100 pessoas que deixarão de ter a sua casa. Então, nós temos urgência, nós precisamos garantir este recurso e eu peço a sua excelência, Presidente, que na 2ª feira esteja em pauta novamente, porque o prejuízo será muito grande. Nós perderemos esta verba e aí pessoas que estão pagando aluguel, que estão precisando de sua casa é que serão sacrificadas. Muito obrigado! (Peço a palavra, Presidente). – Presidente: Para pedido de vistas, vereador, por gentileza. – Vereador Paulo Porto: Peço voto favorável ao pedido de vistas por entender que é necessário votarmos este Projeto pelo que ele

representa, porém, que se aproveite este pedido de vistas não só para discutir as irregularidades, se é que existem, aparentemente existem. Mas discutir, o impacto social que este projeto vai ter na região, só para as pessoas terem clara aproveitar a presença da Marilda que é quem trabalha com a questão das casas em Cascavel, e faz um bom trabalho inclusive, Marilda Tomé. Segundo os dados que nós temos hoje, nós já temos na região norte um déficit de 450 vagas nos CEMEIS, hoje; com o projeto se o Executivo cumprir todas as promessas e esperamos que ele cumpra, se o empreiteiro cumprir todas as promessas; ainda assim teremos um déficit de 750 vagas de CEMEIS; sem contar de posto de saúde. Então, que aproveite este tempo para discutir melhor o impacto social porque não basta ter casa. Vamos defender casa sim, mas tem que ter dignidade. Tem que ter CEMEI, tem que ter vaga no CEMEI, tem que ter posto de saúde funcionando senão corremos o risco de alocar 2.000 famílias que necessitam das casas com poucas condições de dignidade. Então que se aproveite também este tempo, vereador Gugu; eu peço me proponho inclusive a trabalhar junto no sentido de discutir com mais qualidade o impacto social para que estas pessoas não tenham só acesso a moradia, tenham acesso a moradia, esporte, a educação e a lazer. Era isto, eu peço voto favorável; Presidente. Muito obrigado. (-Peço a palavra, senhor Presidente) – Presidente: Pois não, vereador. – Vereador Claudio Gaitero: O pedido de vistas, senhor Presidente, nobres vereadores, assistência, o pedido de vistas é importante, mesmo porque numa semana é possível eu acredito a fazer todos os trâmite legais para na próxima 2ª feira, sem falta, colocar este Projeto em votação, mesmo porque nós temos este prazo. Então, aproveitar e esclarecer que eu percebo, tem algumas lideranças aqui da região norte que o pedido de vistas é feito legalmente. Esta semana então, vai se trabalhar em cima disto para que na próxima 2ª feira então, este projeto entre em votação, aí sim, cumprindo todas as exigências e podendo ir então em votação na próxima 2ª feira, atendendo então todas estas famílias que estão aguardando aí as casas. Seria isto, senhor Presidente. Peço voto favorável então, ao pedido de vistas. Obrigado. - Presidente: Senhores, só para tranquilizá-los, com certeza projeto estará na pauta da 2ª feira da semana que vem, até por uma questão regimental. O pedido de vistas é por uma sessão ausente, e na 2ª feira o projeto estará em deliberação. Pois não, vereador. – Vereador Rui Capelão: Não esquecer que existe um trâmite aí para ser corrido, percorrido para que o projeto esteja nas condições de serem votados, se não houver este trâmite legal, aí não é possível também Presidente, colocar em votação. Então, é isto que é bom fique bem claro. Obrigado. – Presidente: Só a título de esclarecimento, vereador, então na 2ª feira pelo que está acontecendo hoje, na 2ª feira o projeto volta para deliberação, este projeto. Sem nem mais um trâmite do ponto de vista legislativo deste plenário; portanto só para esclarecimento, mas na 2ª feira o Projeto estará para efetiva discussão e deliberação, salvo se algo diferentemente disto acontecer; mas se não pela Câmara na 2ª feira o projeto volta para a pauta, com certeza. Senhores se há consenso eu vou fazer a votação conjunta, os vereadores que forem, está em votação então, o pedido de vistas promovido pelo vereador Gugu Bueno, líder do governo, os vereadores que forem favoráveis ao pedido de vistas permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores está aprovado o pedido de vistas, saindo portanto da pauta

deste dia o Projeto de Lei nº 7/2014 e retornando para a pauta na próxima 2ª feira. Projeto de Lei nº 7/2014, perdão, Projeto de Lei nº 207/2013 de autoria do vereador Pedro Martendal que dispõe sobre a instalação de placas identificadoras constando o nome das localidades nas estradas municipais, e dá outras providências, em discussão. (-Peço a palavra, senhor Presidente). Com a palavra o vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta plateia este projeto nº 207/2013, entendemos ser um projeto importantíssimo e ficamos felizes quando tivemos o parecer favorável de todas as comissões onde ele foi analisado: Comissão de Finanças, Comissão de Justiça e Comissão de Segurança, todos eles receberam, exararam parecer favorável. Entendemos ser importante porque quando em visitas ao interior sentimos dificuldades em cruzamentos saber nos direcionar. Mesmo moradores de algumas localidades a noite tem dificuldades, então imagina os senhores a Polícia Militar, a Polícia Civil quando chamada para atender um caso de urgência, uma violência ou algo parecido. Também, na questão da saúde uma ambulância pode se perder e junto uma pessoa que está necessitando de atendimento médico poderá vir a óbito. Então é uma questão de segurança, é uma questão de saúde, uma questão de dignidade. Entendemos ser um custo não tão elevado em função do benefício que a comunidade do interior terá; pessoas que lá trabalham de sol a sol, ajudando a produzir alimentos para que todos nós tenhamos dignidade e uma vida mais saudável. Desta forma eu peço a todos os vereadores para que venham conosco e tenhamos voto favorável por unanimidade. Obrigado, senhor Presidente. (-eu peço a palavra) – Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu queria senhor Presidente, nobres colegas, passou então na Comissão das Finanças o Projeto do Pedrinho Martendal, né? Pedrinho, passou né? Só que isto aí vai dar despesas pro município. O Frare, como é que votou a favor, Frare. Porque toda vez que eu faço um projeto o senhor fala que não podemos dar gasto, e este aí deu gasto. Então, a Comissão tem dois pesos e duas medidas? (um aparte, senhor vereador) Dou todos. Dou todos. – Vereador Claudio Gaitero: Obrigado, vereador Bocasanta. Este projeto do nobre colega Pedro Martendal ele, tão logo nós recebemos, nós deliberamos nas reuniões é da Comissão de Finanças. Fizemos ofícios para a Secretaria de Planejamento, a Secretaria nos falou que existe verbas com a CETTRANS. Fizemos então, um ofício para a CETTRANS aonde eles nos passaram inclusive a rubrica, para que fossem então alocadas as despesas, nobre vereador Bocasanta. Na CETTRANS para que pudesse então fazer essa. Então, nós tivemos aí esta preocupação de enviar dois ofícios para a Secretaria de Planejamento e também, para a CETTRANS para se informar e após recebida a resposta, após os ofícios, então aí sim, nós deliberamos o devido projeto. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Muito Obrigado, Claudio Gaitero e quando os meus projetos forem eu quero também, que vocês façam a mesma coisa, vão ver e pesquisar se tem dinheiro pra que? Pra daí a gente trabalhar numa Câmara harmônica, com os colegas, né? Por quê? Porque se não eu vou ter que concordar com o Paulo Porto, né, aos amigos a lei e aos inimigos o rigor da lei. Tá, bom Claudinho? Então, muito obrigado! - Presidente: senhores, em votação o Projeto de Lei nº 207/2013 de autoria do vereador Pedro Martendal que dispõe sobre a instalação de placas identificadoras constando o nome das localidades nas estradas municipais, e dá outras

providências, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos vereadores presentes está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº 207/2013. Projeto de Lei nº 240/2013, de autoria do vereador Jorge Menegatti que cria o pólo tecnológico da indústria têxtil de Cascavel e da região oeste e dá outras providências, em discussão. (- peço a palavra, senhor presidente). Com a palavra o vereador Jorge Menegatti, proponente do projeto. – Vereador Jorge Menegatti: Senhor Presidente, nobres pares, eu gostaria de pedir o adiamento desse desse projeto, senhor Presidente, por 3 sessões, se for possível. – Presidente: Senhores, em discussão o pedido de adiamento por 3 sessões promovido pelo vereador Jorge Menegatti, autor do projeto. Em votação o adiamento, a solicitação de adiamento promovido pelo vereador Jorge Menegatti por 3 sessões do Projeto de Lei nº 240/2013, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores está aprovado o adiamento por 3 sessões para nova deliberação do Projeto de Lei nº 240/2013. Projeto de Lei nº 22/2014 de autoria do vereador Paulo Porto, que denomina, subscrito por inúmeros outros vereadores, que denomina de Professor Alfredo Roberto de Carvalho um bem público Municipal e dá outras providências, em discussão. (- eu peço a palavra, presidente). Com a palavra, o vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Serei muito breve. Este projeto somente lembrando é aquele projeto que por um erro técnico da Casa acabou sendo vetado pelo Prefeito e nós estamos rerepresentando com a assinatura generosa de todos os vereadores. Então, peço a aprovação porque nós já discutimos ele na 1ª votação original da importância desta homenagem e peço a votação favorável de todos os vereadores para que este erro, esse erro da Casa seja corrigido a tempo, e este projeto possa ser sancionado imediatamente pelo Prefeito. Muito obrigado! Em votação o Projeto de Lei nº 22/2014 de autoria do vereador Paulo Porto, que denomina de Professor Alfredo Roberto de Carvalho um bem público Municipal e dá outras providências; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº 22/2014. Finalizando assim, a matéria da Ordem do Dia. Eu deixo a palavra livre para os senhores vereadores para pronunciamento de interesse público, cuja primeira inscrição é do vereador João Paulo. – Vereador João Paulo: Presidente, pedimos para inverter, por gentileza. – Presidente: Qual que é a inversão? Vereador Paulo Bebber por primeiro? Com a palavra, vereador.

GRANDE EXPEDIENTE - O senhor Presidente passou a palavra ao primeiro inscrito, Vereador Paulo Dileto Bebber - senhor Presidente, Nobres Pares, assistência, imprensa e pessoas que nós acompanham nesta manhã, eu tenho aqui vários assuntos para comentar, quero aproveitar aqui os meus dez minutos, bem aproveitados, talvez até menos. Eu venho aqui falar, e ontem eu estive na feirinha com o Secretário Luiz Carlos Marcon e fizemos lá um encaminhamento uma conversa para que a gente possa melhorar a vida daquele pessoal que daqui a seis meses vão ter que sair da Avenida Brasil e a gente busca uma área nas proximidades, feirinha que tem um estado assim, higienicamente não anda muito bem, o chão está muito sujo, só tem terra, então a gente tem um encaminhamento interessante o Estado vai estender a mão e nos ajudar. Eu queria aqui falar e

lamentar algumas situações que acontecem, nesta Casa de Leis, quando essa Mesa Diretora assumiu, de maneira arrogante, arrogante é a palavra certa, disseram que passaram quatro anos na administração passada, que eles iriam investigar e já deram até o nome, Fundação Getúlio Vargas, passado algum tempo, passado algum tempo, seis meses, oito meses, vieram aqui publicamente dizer que não tinha dinheiro, e que era mentira, tanto é mentira que devolveram um milhão cento e quatorze mil para os cofres do Município, vocês sabem por que que não foi feito, porque na gestão passada as contas foram aprovadas sem nenhuma ressalva, e daí vem aqui mentir dizer que não tinha dinheiro, ora, se devolveram um milhão cento e quatorze, podiam devolver até um pouquinho mais uns vinte e cinco mil a mais, esse dinheiro foi pago em uma mesa, vocês sabiam que tem uma mesa aqui dentro de vinte e cinco mil de mármore, alguém tem uma mesa em algum lugar, vocês conhecem uma mesa de vinte e cinco mil reais de mármore, pra fazer duas reuniões em quinze meses, então eu me estranha algumas situações, eu lamento essas situações, Nós em dois mil e doze devolvemos um milhão duzentos e sessenta com três milhões a menos de receita, e não existiu milagre nenhum dessa administração aqui, não existiu milagre não, não existiu nada de milagre, eu só lamento maquiarem a falarem e não mostrarem a realidade, eu tenho vergonha de passar ali dentro naquela mesa, tenho vergonha, mas parece é material fúnebre, é uma vergonha, eu queria que vocês entrassem aqui, não sei se eles deixam entrar aqui ou não, queria que vocês entrassem e vissem essa vergonha, dinheiro de vocês nosso. Daí de maneira arrogante não tinha dinheiro para contratar a Fundação Getulio Vargas, e ai no final do ano sobrou dinheiro, isso é lamentável que aconteça, porque é muito fácil você falar num passado não muito distante, onde tinha outra administração e que foi aprovada aqui na integra as contas, na integra, isso eles não falam, mas mesmo assim foi colocado em dúvida e essa dúvida não foi colocada em pratica quando então da contratação dizendo que não tinha dinheiro, tinha sim e é provado e todos sabem que tinha dinheiro para fazer isso aqui, falar dos outros é muito fácil eu quero ver provar. Quero aqui dizer meus nobre amigos, que morro nesta cidade, a minha família é pioneira, como muitas famílias são pioneiras, acho que morro aqui deste mil novecentos e sessenta e sete e muitos vieram antes morar aqui, e a gente eu como homem público tenho que buscar honrar todas as pessoas da minha família e tenho feito isso com tranquilidade e respondi muitos processos por aí a fora, fui inocentado, lamentavelmente quando você é inocentado a divulgação vira desse tamanho, eu lamento, mas é assim eu não sou forasteiro eu não cai de mudança, minha família aqui tem nome tem endereço e eu quero dizer assim com toda tranquilidade, agora é eu nunca em nove anos de serviço público entre Detran e, eu nunca fui afastado por achaque, nunca fui afastado das minhas funções públicas por achaque, eu nunca fui afastado, digo publicamente e me honra de dizer isso, eu fui afastado e gerou um processo criminal e eu fui inocentado, mas fui inocentado, o tempo passou e é assim que acontece. Eu quero aqui aproveitar o momento que eu vejo muitas pessoas da imprensa estarem aqui e fazer um pedido público, público, eu quero detector de metas nesta Casa de Leis, não é possível mais ver gente armada aqui dentro a todo instante, eu espero ser atendido no meu pedido, eu espero ser atendido no meu pedido, não é possível você estar ao lado de alguém armado nesta Casa de Leis, é uma vergonha, isso sim é uma intimidação que eu lamento,

eu lamento, digo assim publicamente e quero pedir a população e tem dinheiro pode colocar detector de metais, tem dinheiro, e ai vamos trabalhar com tranquilidade. Mas o assunto que me traz aqui é relevante, que eu sou peça, peça de um processo existente, peça peça de um processo existente de encaminhamento ai do ministério público, fiquei sabendo no sábado de manhã, igual marido traído, fiquei sabendo só no outro dia, dizendo que eu tinha achado os proprietários sobre esse assunto dos loteamentos, quero dizer publicamente para vocês, duas situações, primeira, quando existe um projeto desses, existe interesses, e aqui tem três fontes de interesse, um é o Executivo que eu nunca, nunca falei com o Executivo, e o projeto é do Executivo sobre esse assunto, eu faço um desafio aqui os proprietários, as famílias então citada, Maculam, se algum dia eu, algum dia eu estive estive conversando com eles, ou mandei recado ou coisa parecida, nunca, e aqui afirmo nunca, nunca, quero aqui dizer que nunca estive com construtora nenhuma, estou tranquilo, estou pegando um advogado hoje e indo lá vê o que está acontecendo, na Promotoria de Justiça e vou responder como ninguém respondi, não me acovardo, eu não uso isso aqui para trampolim político. E aqui senhor Presidente eu lamento, na sexta-feira os funcionários desta Casa ligando para os jornais para entrar no SITE no Ministério, isso é uma vergonha, vergonha, aqui ao invés de cuidar da Câmara eles cuidam da vida dos outros aqui, vocês querem sacanear os outros é uma vergonha o que está acontecendo aqui e quero dizer enriquecimento ilícito que eu fiquei sabendo pela imprensa, eu tenho a minha conta liberada para quem quiser não só para a promotoria, para quem quiser eu tenho minha Declaração de Imposto de Renda, eu tenho algumas coisinhas, mas eu queria que divulgasse tudo o que eu tenho, queria que divulgasse também as dívidas licitas, porque é muito fácil falar da vida dos outros, eu quero vê, quando querem usar da gente politicamente para crescerem, usam da imprensa, usam da imprensa fazendo combinado. Eu tenho uma fita eu vou levar se você me der espaço, eu vou te dar depois é é, vou de dar relavar em primeira mão essa fita, é uma saganagem organizada, é um factóide. Eu estou a disposição da justiça sim, onde tiver que responder alguma coisa eu respondo, só que eu faço um desafio aqui, se algum dia a estive com a família Maculam, se algum dia estive com o Executivo, se algum dia estive com a empresa, eu renuncio o meu mandato aqui, mostro publicamente que eu renuncio o meu mandato aqui, não sou covarde, não uso isso aqui para fazer trampolim político. Deus me colocou aqui, eu vejo falar muito de Deus aqui, que Deus me colocou aqui, que Deus me colocou aqui, a palavra de Deus e Deus deveriam ser respeitada a todo instante, devia ser coisa da intimidade de cada um de nós, eu respeito, eu não uso que Deus me colocou aqui, amanhã quem vai me tirar daqui, Deus? Pode ser, mas esta mais para o outro lado, então eu quero me defender sim com honra com dignidade, eu não sou forasteiro, eu sou caído de mudança, vou responder onde tiver pra responder, estou usando um tom de palavra alta porque na verdade é aqui a gente tem que colocar as claras para as pessoas o que está acontecendo no dia a dia nesta Câmara, e fico muito feliz que dos vinte e quatro meses que era só tem mais nove meses e alguns dias, obrigado. Presidente - como a palavra o Vereador Rui Capelão - senhor Presidente, senhores Vereadores e distinta assistência - é sempre com orgulho quando ocupo essa tribuna, para fazer um pouco sobre a nossa administração pública, sobre os caminhos da nossa

cidade, buscando aquilo que é de melhor a todas as nossas famílias. Eu a poucos dias ainda comentava nesta Casa as questões das áreas de utilidade pública que eram tomadas pelo Prefeito para fazer Minha Casa, Minha Vida, agora gente, algumas pessoas me atacavam dizendo que eu era contra casa para pobre, negativo, eu vejo hoje na região norte como o Vereador Paulo Porto já colocou, nos temos oitocentos e quarenta crianças fora escola, fora da sala de aula, deveriam estar lá no CEMEI, naquela creche antiga, que hoje se chama CEMEI, não tem essa área para esta criança, aí nós estamos vendo Vereadores bem intencionados fazendo leis, fazendo audiência pública, contra pedofilia, contra a violência, contra a criança contra a violência contra a criança, e outras medidas que nós precisamos tomar para que nós tenhamos uma sociedade mais justa. Ora, se aquela criança estivesse lá no CEMEI ela não estaria exposta de forma alguma aos riscos, principalmente de pedofilia. Agora quando eu vejo esta Casa votando votar a favor da desafetação da área pública que seria para um CEMEI ou para uma área de lazer para as crianças, para os pais, para um salão comunitário para que ocupe as mães, aprendendo alguma coisa para ganhar um dinheirinho extra com trabalhos em casa, não, essa Casa vota favorável a desafetação das áreas públicas que são deixadas para este fim, e daí nós começamos a entender algumas coisas, que a verdade nem sempre é seguida, lamentavelmente na época de política prometem tanto depois não cumprem, mas nós deste Casa temos a obrigação de cobrar uma séria de coisas que são prometidas em campanhas, e nós vimos na campanha passada grandes promessas feitas que nós não estamos vendo quase nada de ações para resolver essas situações, eu até quero mostrar para vocês um pequeno vídeo de campanha política, para que os senhores entendam o porque que muitas vezes eu ocupo essa tribuna e procuro ser honesto com a população, e procuro cobrar desta Casa uma atuação melhor porque eu acho que isso é fundamental, nós não podemos deixar que os políticos enrolem a população, enrolem nós Vereadores, que lá de repente lá na frente eu sou da base porque apoiei o governo dele, apoio o governo dele, mas se ele não esta cumprindo você tem que virar a casaca, dizer não, não dá para te acompanhar porque você não cumpri aquilo que você prometeu na campanha, que eu esperasse que ele cumprisse. Portanto eu vou pedir ao pessoal da técnica para que mostre um pequeno vidiozinho aos senhores... me sabotaram aí, até o sinal desaparece né, interessante né, infelizmente acontece determinadas coisas, mas eram coisas importantes que eu gostaria que vocês vissem de promessas de campanha política, promessas que nós estamos esperando até hoje as respostas, como não foram cumpridas e esta Casa muitas vezes, se omite em admitir os erros do passado, os erros do passado nós temos que na verdade corrigir no presente, isso seria interessante que nós corrigíssemos os erros do passado, nós persistimos no erro é nós é persistirmos no pecado e isso não é bom para ninguém, isso um dia nós vamos pagar por esse erro que nós cometemos, que nós estamos cometendo, portanto eu quero dizer que eu lamento que tenha acontecido em determinados locais como na semana passada ter que levar um ofício ao nosso Promotor Público, informando lá do CAIC que queriam tirar o consultório dentário das nossas crianças, ora consultório que esta lá a mais de dez anos que é interessantíssimo a saúde, quebra o compressão do consultório dentário do Floresta eles tentando reformar colocar para funcionar o consultório do Floresta tirando das crianças do CAIC mais de mil e duzentas

crianças que tem tratamento dentário da dentro daquela área, isso é lamentável porque nós sabemos que dentição, o cuidado com a dentição é saúde e eu sei sofri muito com problema de dentição, tenho hoje metade dos dentes na boca naturais porque naquele época onde eu me criei no interior não havia na verdade condições de uma criança tratar seus dentes. Eles eram simplesmente extraídos quando estava só o toco do dente, hoje então nós nos orgulhamos de termos uma sociedade bem mais evoluída neste sentido, e nós temos que cuidar porque nós não podemos prejudicar um grupo de crianças para atender um outro seguimento que muitas vezes está necessitando. Portanto eu espero que amanhã nós possamos mostrar o vídeo que eu gostaria de mostrar hoje, muito obrigado. Em seguida o senhor Presidente passou a palavra ao Vereador João Paulo de Lima - senhor Presidente, se não tiver possibilidade de passar o vídeo eu abro mão da palavra também. Presidente - considerando que não é possível passar o vídeo pelo que tudo indica, passo a palavra ao Vereador Paulo Porto - bom dia a todos, bom dia a Mesa Diretora, bom dia aos Vereadores, bom dia ao plenário. Como não necessito de vídeo não abrirei mão da palavra. Eu vim aqui por um motivo muito objetivo, para declarar apoio, manifestar a nossa solidariedade a greve dos funcionários da Engelétrica. Na semana passado o Sindicato dos Empregados das Empresas de Prestação de Serviços de Asseio da Limpeza Pública Urbana - SIMEACO deflagrou greve em especial os servidores da Engelétrica responsáveis pela coleta de lixo em Cascavel. Quais são as suas reivindicações? Aumento de vinte por cento, Plano de Saúde, que eles não tem, a empresa não oferece plano de saúde para os servidores, numa função de alta periculosidade e de problemas obviamente de saúde, e também não faz o CAD quando eles adoecem que é a Comunicação de Acidentes no Trabalho, e desconta os dias parados, inclusive com os atestados, que é algo ilegal, de acordo com o sindicato essa é a pauta e aumento do vale alimentação para trezentos reais. Quem está em Greve? Os varredores, coletores equipe padrão, equipe de poda de árvore e serviços administrativos, nós entendemos, esse mandato entende que a Engelétrica, por ela ser prestadora de serviços publico, que ganhou uma licitação milionária, é milionário diga-se de passagem, com constantes aditivos, nós entendemos que é fundamental essa Casa acompanhar de perto essa greve, no sentido de se solidarizar com os servidores públicos, neste caso são servidores públicos porque estão numa empresa que ganhou uma licitação pública para fazer a limpeza de nossa cidade. Quais são os salários hoje destes servidores? Dos coletores, oitocentos e quarenta e quatro reais mais periculosidade mais insalubridade. Equipes Padrões, mil e cinquenta e um mais insalubridade, foi oferecido apenas nove por cento aos trabalhadores, eles estão pedindo vinte por cento, nós entendemos que esta greve é justa quanto a greve que teve cobertura nacional, que foi a greve no Rio de Janeiro, eles devem lembrar a pouco tempo atrás, que conseguiram suas reivindicações, devido a luta do sindicato e a união da categoria, ainda que está greve não tenha a mesma cobertura, ainda que está greve não tenha a importância nacional como teve a do Rio porque foi em véspera de carnaval, nós queremos destacar a sua legitimidade e colocar esse mandato a disposição da categoria de forma solidária, em entender que a greve é justa e legítima e nós iremos amanhã, e peço já a compreensão da base, fazer alguns requerimentos a Engelétrica no sentido de entender o que é gasto com a folha de

pagamento, então já pedindo deste já a colaboração da base de governo por entender que a greve é legítima, e por ser uma prestadora de serviços públicos que ganhou uma licitação, nós temos que acompanhar. Se fosse uma greve de uma empresa privada, que não prestasse serviço público eu só iria me solidarizar, agora como uma empresa que presta serviço público é papel desta Casa acompanhar o andamento desta greve, entendo que também na medida do possível dos demais Vereadores, se solidarizarem com os funcionários da Engelétrica. Era isso que eu tinha, senhor Presidente, muito obrigado. Presidente - com a palavra o Vereador Luiz Frare - senhor Presidente, senhores Vereadores e assistência - apenas para reafirmar na ocasião da votação do regime de urgência do projeto eu me referi ao parecer jurídico do Procurador desta Casa, aí o nosso Presidente disse que lá no nascedouro quando aconteceu o projeto aqui ela já deu parecer contrário, eu não tive acesso a parecer contrário dele e sobre os argumentos que ele colocou lá, provavelmente não são os mesmos que ele colocou aqui, mesmo porque é público é notório é sabido de que em todas as ocasiões que ele tem oportunidade de defender a Câmara de Vereadores, ele faz o possível e o impossível pra tentar mostrar a opinião pública que tudo o que é feito, vem de lá de maneira equivocada. Ora é lógico que em alguns projetos existem falhas, como aqui também há e existe falhas, aqui nesta Câmara há e existem falhas e muitas, e eu não retiro nada do que eu disse sobre viés político, que também é sabido que o nosso Procurador é filiado a um partido político e que tem interesse político, não retiro. Outro ponto, também quero que me mostrem aonde eu citei nome de ex-Vereador no meu pronunciamento passado, isso eu quero que me mostre, e finalmente dizer o seguinte, si a pessoa, si sente prejudicada pelo fato de não poder retribuir ou argumentar ou contrariar o que é dito aqui, ora os órgãos de comunicação estão sempre a disposição destas pessoas, e alias eles fazem isso, eles vão para os órgãos de comunicação e fazem o contraponto se aqui eles não podem fazer eles vão lá e fazem, e nada contra, é um direito de cada um dizer aquilo que pensa e aquilo que acha que é o certo. Então e para complementar, Rui Capelão, em dois mil e nove, tinha duas mil vagas nos CEMEIs aqui em Cascavel, em dois mil e nove tinha duas mil vagas, em dois mil e doze essas vagas passaram a ser quatro mil, a necessidade é maior, claro, mas na medida que vão sendo entregues agora as novas CEMEIs, mais vagas serão abertas, e especificamente na região norte onde serão contempladas duas mil e oitenta e nove famílias com preferência para os que moram na região norte habitar lá, e vão ser abertas duas novas CEMEIs numa matemática simplista dá para fazer o seguinte, se existe carência de vagas aqui elas vão ser supridas em parte com as que vão ser abertas duas lá, vão ser abertas duas CEMEIS lá, porque se uma criança está aqui no CEMEI e ela é, vai morar lá neste conjunto Riviera, provavelmente essa vaga dela aqui vai ser preenchida por outra criança que está na fila, então significa o seguinte, resumindo, duzentas e oitenta novas vagas de CEMEIs serão abertas no Conjunto Riviera, com as pessoas que já estão, ou melhor dizendo com as crianças que já estão ou com as crianças que estão na fila, então são duzentas e oitentas e poucas crianças que terão oportunidade de serem atendidas lá, Quanto ao consultório que o senhor falou que fechou de odontologia eu gostaria que o senhor perguntasse ao responsável ao Secretario da Educação porque ele fez isso, ninguém faz isso simplesmente pelo bel prazer de tirar um consultório num determinado posto de

saúde e simplesmente fechar, tem um motivo, o motivo, tem na minha opinião, tem se ser procurado para se saber realmente qual foi o objetivo, qual foi o motivo de ser tirado, muito obrigado. Presidente - Vereador Gugu Bueno abre mão da palavra. Com a palavra o Vereador Marcio Pacheco - vou falar bom dia para os senhores da tribuna. Bom dia senhores, o Vereador Gugu Bueno me orientou que era para vir aqui falar olha, sem comentários, só isso. Só vou fazer um comentário muito breve, percebi na fala do nosso querido Vereador Paulo Bebber, que ele está descontrolado né, fora de si, é compreensível, eu pensei que ele sinceramente viria aqui para se defender, mas veio para atacar, só isso que ele fez aqui, atacar, mas é compreensível também porque talvez ele deve seguir aquela máxima de que, a melhor defesa é um bom ataque, então partiu para o ataque de maneira irresponsável, acredito que talvez seja um pouco de um complexo de que ainda não conseguiu ser superado de quando tinha um desejo insaciável de ser o primeiro secretario desta Mesa, na chapa composta por ele e pelo Vereador Marcos Rios que era para ser o Presidente, e que na ocasião ele acabou saindo pelo voto democrático dos Vereadores, derrotado nas eleições, e credito que até hoje não teve condições de superar esse trauma, mas ele vai superar, em relação as manifestações dele com relação a audiência pública, da audiência publica não, que nós anunciamos no inicio do ano, me fugiu a palavra, mas enfim para prestação de constas, auditoria, obrigado Vereador, quem acompanhou e muitos acompanharam, os próprios Vereadores da Mesa, os Vereadores, com certeza não foi o argumento de falta de dinheiro que nos desmotivou a fazer auditoria, ouve uma impossibilidade legal, teria que haver uma ampla justificativa porque se faria auditoria, foi a impossibilidade legal que na verdade não permitiu que nós fizéssemos não foi falta de dinheiro, em momento algum nós afirmamos isso. Em relação a mesa que ele fala de vinte e cinco mil, não foi vinte e cinco mil, foi vinte e sete mil, ele se equivocou também nisso, foi vinte e sete mil uma mesa muito bem pensada, com responsabilidade, pensada não para curto prazo, se eu fosse irresponsável pagaria de repende quinze, vinte em uma mesa que vale cinco, dez, mas não pagamos vinte e sete, porque vale vinte e sete, mesa que certamente dera duração por toda a existência desta Câmara, a menos que alguém vai lá e quebre literalmente. Então uma mesa que realmente contempla, não só os Vereadores porque para todos que sabem nesta Câmara acontecem muitas e muitas reuniões, em muitos casos são realizadas aqui neste plenário e que poderiam ser perfeitamente realizadas neste plenarinho que nós estamos montando ainda. Então por tanto todas essas reuniões, são inclusive de Vereadores e de várias entidades que solicitam para nós um espaço na Câmara e sempre nós autorizamos e esse plenarinho ele carece realmente de estrutura para que as pessoas possam bem desempenhar as suas funções. O que mais ele comentou com relação das pessoas armadas aqui na Câmara, eu não sei, será que o Vereador, quem anda armado aqui na Câmara são policiais, inclusive eu, que ando armado sempre como já me manifestei em várias ocasiões, e tenho direito de fazer isso, estou plenamente amparado legalmente para isso e não é desejo dele que vai inviabilizar essa minha condição que é para assegurar a minha integridade mas principalmente das pessoas que estejam ao meu redor, assegurar a segurança de outras pessoas também, o policial nem pensa necessariamente em si mas defender a integridade de outras pessoas que estejam ao seu redor. Não

sei talvez seja o Vereador tenha medo de policia, talvez seja isso, porque não quer que tenham pessoas armadas aqui na Câmara, então quem anda armado são policiais, a menos que ele tenha medo de polícia e policia normalmente é melhor do que bandido, porque quem anda armado ou é policia ou é bandido, aqui na Câmara até onde eu sei quem anda armado é policia, não é bandido, então não sei porque ele tem essa preocupação. Policia normalmente está para defender a sociedade está para resguardar o direito de todos os cidadãos. Só lamentar, espero os desdobramentos, espero, esta me atacando gratuitamente, até me surpreendeu não imaginava que ele fosse fazer esse tipo de pronunciamento agressivo, nada fiz a não ser a solicitação que nós fizemos a policia civil para que investigasse para resguardar a integridade moral de todos os demais Vereadores que não foram responsáveis por esse episódio, resguardar a própria integridade da Câmara e a Polícia Civil, o Ministério Público é que fizeram esta investigação, inclusive, no dia fui cumprimentado por praticamente todos os Vereadores, ou muitos Vereadores por essa iniciativa de esclarecer, simplesmente nós fizemos de maneira muito responsável foi solicitar para a policia civil que esclarecesse esse episodio, e mostrasse quem de fato seria o Vereador, suposto Vereador que teria cometido esse ato ilegal. E ai agora a Polícia Civil, o Ministério Público e inclusive o Ministério Publico fez investigação paralela incluindo com Polícia Civil pelo que eu percebi e quem está adotando essas medidas de publicizar inclusive nomes é o Ministério Público, não é a Câmara, não entendo porque os ataques foram voltados para está Presidência e para a Mesa Diretora sob o argumento de que nós estamos conduzindo está Câmara com irresponsabilidade, que não fizemos auditoria, era um desejo nosso, não tenho nada a esconder, nada a omitir, não é esse o nosso perfil com certeza. Então vamos esperar como sempre fizemos a continuidade dos desdobramentos pela Polícia Civil, pelo Ministério Público, deixando Claro que está Câmara não se omitiu, e não se omitirá de tomar as suas providencias quando lhe é cabido. Mas neste caso especifico foi uma ação unilateral do Policia Civil e do Ministério Público que investigaram, eu solicitei a Polícia Civil, o Ministério Público junto com a Polícia Civil estão investigando, então certamente os desdobramentos disso fica também a mercê da Polícia Civil e do Ministério Público, só quero lamentar um comentário infeliz, irresponsável, surpreendente porque não esperava que fosse ser atacado por ele de maneira gratuita, nada fiz a não ser solicitar esclarecimentos para resguardar a integridade moral dos Vereadores da Câmara e ai os desdobramentos desta investigação é que certamente devem tê-lo surpreendido, também agora me surpreende essa postura dele de ataque, mas isso é compreensível no estágio que ele se encontra ai, em ter mais uma vez o seu nome estampado e inseridos ai em atos de possíveis ilicitudes e que trazem naturalmente vergonha para uma Câmara Municipal de Cascavel, obrigado senhores. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e dezenove minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por Kleide Salete Mayer e Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário